

Primeiro site jurídico do Brasil, Jus completa 24 anos

A internet comercial no Brasil já tem 25 anos de história. O lançamento pela Embratel foi em 20 de dezembro de 1994, mas os primeiros sites se popularizaram a partir de 1995. O Universo Online, por exemplo, surgiu em abril de 1996.

Divulgação



Prédio histórico da Faculdade de Direito da UFPI
Divulgação

Três meses depois, o estudante de Direito Paulo Gustavo Sampaio Andrade teve os primeiros contatos com a internet. Na biblioteca da Universidade Federal do Piauí, a curiosidade o levou a passar três meses construindo sozinho as suas primeiras páginas web, que salvava em um disquete. O site entrou no ar em 19 de novembro de 1996, no provedor gratuito Geocities. O nome original, *Jus Navigandi*, homenageava um professor que apreciava expressões em latim.

Na época, o Superior Tribunal de Justiça e a Câmara dos Deputados não estavam na internet. Sequer havia páginas especializadas em concursos públicos no Brasil. O Supremo Tribunal Federal estreara seu site no mês anterior. Dentre as revistas jurídicas online indicadas na edição de lançamento, somente dois ainda existem: *datavenia* e *odireito*.

Inicialmente, o serviço de maior destaque no [Jus](#) era o diretório de links, que catalogava todos os sites jurídicos do Brasil — que, então, não passavam de 500. Esse catálogo foi extinto dois anos depois, assim que o Google revolucionou as buscas.

A página de artigos começou com uma dúzia de textos, todos elaborados por colegas universitários, mas passou a receber contribuições de autores renomados, que vislumbravam a oportunidade de divulgar seus trabalhos para um crescente público. Além disso, o site antecipou uma tendência, ao reunir uma comunidade para produzir conteúdo colaborativo.

O primeiro aniversário foi comemorado com dois importantes marcos de sucesso. O *Jus* foi recomendado em suplemento especial da *Folha de S.Paulo* como "ponto de partida" para pesquisas



jurídicas na internet. Foi também o mês do primeiro “case”: a publicação dos principais documentos do processo que julgou os acusados de atear fogo a um índio pataxó numa parada de ônibus em Brasília. Como os meios modernos de digitalização ainda não existiam, o editor recebeu as fotocópias pelos correios e digitou uma centena de páginas.

No início de 1998, o site já havia crescido além dos limites do espaço em que nasceu. Foi então que o hobby se transformou em negócio, com a aquisição de um domínio de internet. Na época, foi necessário pegar emprestado um CGC (hoje CNPJ) para conseguir fazer o registro do endereço de apenas três letras, que hoje tem valor incalculável: jus.com.br

Simultaneamente, para financiar os custos de hospedagem, o Jus se tornou o primeiro site jurídico brasileiro a adotar o modelo de conteúdo gratuito sustentado pela venda de publicidade. O fundador foi buscar anunciantes e explicar o significado de novos termos, como “banner”. Tempos depois, grandes empresas e agências de publicidade é que passaram a procurar o Jus para veicular seus anúncios. No ano 2000, enquanto muitos sites quebravam com o estouro da “bolha” da internet, o Jus seguia um caminho ascendente: para poder emitir notas fiscais, o negócio se transformou em empresa, com seu próprio CNPJ.

O Jus logo se tornou a mais prestigiada referência brasileira em doutrina jurídica, com um público muito superior ao das revistas impressas tradicionais. Por exemplo, Miguel Reale escreveu para o Jus um artigo inédito sobre o seu projeto do novo Código Civil. Também tinham espaço muitos juristas em ascensão que depois se tornaram celebridades, como Sérgio Moro, Deltan Dallagnol, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

O Jus foi se modernizando com novas ferramentas e chegou a ser o maior portal jurídico da América Latina. Em 2005, firmou parceria com o UOL e contratou os primeiros funcionários, aos quais se seguiram uma dezena de pessoas.

Atualmente, o site tem um acervo de 80 mil textos, escritos por mais de 20 mil autores. As publicações passam pelo crivo de um conselho editorial, que faz a curadoria do conteúdo. Os melhores trabalhos científicos são selecionados para divulgação numa revista online, indexada com código ISSN, que identifica internacionalmente as publicações periódicas. As publicações têm reconhecimento acadêmico do Ministério da Educação, por meio da CAPES, e são aceitas como títulos em cursos universitários e concursos públicos.

Em 2017, o site renovou a sua marca e adotou oficialmente o seu endereço como nome: Jus.com.br. Aprimorando a sua base de conhecimentos de dúvidas jurídicas, lançou também um serviço pago para conectar advogados e clientes.

Hoje, o Jus detém a marca de site jurídico mais tradicional do país, sendo também um dos mais visitados, com 15 milhões de páginas vistas todos os meses.

Date Created

19/11/2020